

RESOLUÇÃO

REJEITAR OS CORTES NOS SALÁRIOS, PENSÕES E DIREITOS CONSTRUIR A ALTERNATIVA, DE ESQUERDA E SOBERANA

Obcecado com o cumprimento do Tratado Orçamental e a redução do défice a qualquer custo, o Governo PSD/CDS persiste em afrontar decisões do Tribunal Constitucional e violar direitos, liberdades e garantias da Lei fundamental.

A insistência na perpetuação do roubo dos salários e das pensões e no ataque à contratação colectiva nos sectores público e privado está indelevelmente ligada a uma política que faz da exploração e do empobrecimento o seu principal objectivo.

Uma política que não olha a meios para atacar direitos laborais e sociais, generalizar o desemprego e a precariedade e acentuar as desigualdades com a acumulação de mais de 7 mil milhões de euros de cortes nas remunerações, entre 2010 e 2013, enquanto que os rendimentos do capital continuam a absorver uma parte crescente da riqueza criada.

Com a produção industrial em declínio, a balança comercial com saldo negativo e uma dívida que não pára de subir, a dependência face ao exterior aumenta na razão directa do aprofundamento do modelo assente em baixos salários e da exploração que lhe está subjacente.

A destruição de mais de 620 mil empregos em 4 anos, aos quais se junta a emigração forçada e uma precariedade crescente, é a marca da política de classe do Governo. Marca expressa também na taxa de pobreza que atinge cerca de 19% da população que vive com menos de 409 euros mensais e que se disseminou de forma alarmante entre as crianças e os desempregados.

Os trabalhadores e o povo estão assim confrontados com uma situação em que vêem os salários e as prestações sociais cortadas, uma colossal carga fiscal e a educação e a saúde, a habitação e os transportes, a energia e outros bens e serviços essenciais privatizados ou reduzidos e cada vez mais caros, inacessíveis e degradados.

O futuro, não só em termos económicos, financeiros e sociais, mas também demográficos está seriamente ameaçado. A hipótese da redução de 2 milhões de pessoas até 2060, é o espelho de uma política que esvazia o país da sua principal riqueza – os trabalhadores e o povo.

Neste quadro o Tratado Orçamental, a governação económica e a transferência de competências em termos de política monetária para a UEM, constitui um enorme garrote para o desenvolvimento, acentua o fosso do nosso país relativamente à média da U.E., fragiliza a democracia e põe em causa a nossa soberania.

Travar a política do Governo. Dar a palavra ao povo!

No momento em que o Governo, em concertação com o Presidente da República, pressiona o TC para viabilizar o novo formato de cortes nos salários e pensões com vista à sua integração no próximo Orçamento de Estado, a CGTP-IN considera que os mesmos continuam a enfermar de gritantes inconstitucionalidades.

A saída para a crise em que a política de direita mergulhou o país não passa por cortes nos rendimentos dos trabalhadores e reformados sejam recauchutados ou reconfigurados; pela revisão da legislação laboral para os sectores privado e público, com a delapidação de direitos individuais e colectivos e a redução da retribuição; por novos impostos, agora designados de fiscalidade verde; por “alterações do IRS” para iludir a opinião pública e deixar intocáveis os rendimentos do capital; por apelos ao aumento da natalidade quando se mantém e acentua a política que generaliza o desemprego e a precariedade e fomenta a insegurança e a instabilidade, responsáveis pela dramática situação a que chegámos; ou por “reformas do Estado” para promover despedimentos massivos e dismantelar e encerrar serviços públicos, bem como, degradar e descredibilizar o Serviço Nacional de Saúde, a Escola pública, democrática e de qualidade e a segurança social pública, universal e solidária.

A reposta para os problemas do país é indissociável da ruptura com a política de direita e a demissão do Governo PSD/CDS. Este Governo não tem nem base social e eleitoral nem legitimidade política para continuar em funções. É preciso dar a palavra ao povo! Portugal precisa de uma política de esquerda e soberana que ponha o país no rumo do desenvolvimento e da coesão social, afirmando os ideais, os princípios, as causas e os valores de Abril no quadro da efectivação de uma democracia plena nas suas dimensões política, económica, social e cultural.

Agosto mês de férias, mas também de esclarecimento e de acção

Nesta época de férias, vamos denunciar e combater a estratégia que o Governo preparou, meticulosamente, para tentar que algumas das medidas mais gravosas da revisão da legislação laboral dos sectores privado e público passassem despercebidas aos olhos dos trabalhadores e da opinião pública. Esta é uma atitude de má fé, inadmissível em democracia, que não pode, nem vai, ficar sem resposta.

A luta dos trabalhadores e da população foi, ao longo dos anos, determinante para defender direitos, liberdades e garantias fundamentais. A luta dos trabalhadores continuará a ser decisiva para obstaculizar os objectivos retrógrados do governo e do patronato.

Neste sentido os activistas sindicais presentes na concentração realizada no dia 25 de Julho, em Lisboa, decidem:

- ➔ **Rejeitar as propostas e cortes nos salários e pensões; as normas gravosas da Lei geral do Trabalho em funções públicas e do Código do Trabalho**, designadamente a caducidade das convenções colectivas; o prolongamento do período para a redução do valor do trabalho extraordinário; a tabela única e a redução da retribuição que lhe está subjacente, assim como a eternização dos cortes salariais e o congelamento de salários e carreiras profissionais.
- ➔ **Defender e efectivar os direitos consagrados nas Convenções Colectivas de Trabalho**, combatendo os bloqueios patronais e afirmando a contratação colectiva como um alicerce insubstituível da democracia e um elemento de harmonização social no progresso, de importância vital para a estabilidade e segurança do emprego e uma mais justa distribuição da riqueza, de efectivação da igualdade de direitos entre mulheres e homens e da melhoria das condições de trabalho, designadamente na Segurança e Saúde no trabalho.
- ➔ **Exigir o aumento dos salários e das pensões; a actualização imediata do SMN para os 515 euros**; a reposição de todos os salários, pensões e direitos roubados, incluindo as prestações e apoios sociais; a manutenção das 35 horas para todos os trabalhadores da Administração Pública e a publicação dos Acordos já celebrados, assim como a progressiva redução dos horários de trabalho, sem redução dos salários, para os trabalhadores dos restantes sectores de actividade.
- ➔ **Considerar como indispensável a urgente renegociação da dívida e a rejeição do Tratado Orçamental** para que o país possa investir na produção nacional, assegurar o controlo das empresas estratégicas para o seu desenvolvimento, criar mais e melhor emprego e defender e melhorar os Serviços Públicos e as Funções Sociais do Estado, como instrumentos centrais do desenvolvimento humano e da coesão económica, social e territorial.

E assumem:

- ➔ **Promover no mês de Agosto, uma ampla campanha de esclarecimento e acção em todas as regiões do país contra o roubo dos salários, pensões e direitos**, com a realização de iniciativas variadas, nomeadamente paralizações, plenários e contactos nos locais de trabalho e na rua com os trabalhadores e a população, em torno da melhoria das suas condições de vida e de trabalho, e da exigência de uma nova política e um novo Governo que, saído de eleições, afirme e dê sequência a uma política de esquerda e soberana defendida e exigida pelos trabalhadores e o povo.